

CONTRATO Nº 187/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 118/2017
Processo LC n.º 182 – Homologado em 18/08/2017

Contrato de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **V.Y. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **LEOMAR ROHDEN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.630.683-0/PR e do CPF nº 550.079.379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, n.º 398, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, e

CONTRATADA: **V.Y. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 21.644.939/0001-69, com sede na Rua Luiz Sergio Fedrigo, n.º 028, Jardim Europa, no Município de Terra Roxa, CEP: 85.990-000 Estado do Paraná, telefone para contato n 44-3645-1178, neste ato representado pelo senhor Gustavo Henrique de Souza, portador do CPF nº 074.349.039-88, RG 12.663.807-8 residente e domiciliado em Terra Roxa – PR, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 118/2017** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

Cláusula primeira – Do Objeto:

Aquisição de diversos equipamentos para manutenção da Secretaria de Saúde do Município de Pato Bragado - PR, os quais serão adquiridos com recursos oriundos da Emenda Parlamentar “30950009”, conforme relacionado abaixo:

LOTE 02 – VALOR GLOBAL R\$ 20.450,00

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	03	Lixeiro em PP, articulável. - Com a superfície lisa, que possibilita a limpeza mais facilmente. - Tampa acionada por pedal. - Tampa com uma longa abertura, facilitando o depósito no recipiente. - Haste do acionamento resistente e que garante a mesma abertura de tampa por um longo tempo.	TRAMON TINA	R\$ 185,00	R\$ 555,00

		<p>Material: Polipropileno</p> <p>Linha: T-FORCE</p> <p>Capacidade aproximada: 50 L</p> <p>Conteúdo da embalagem: 01 - Lixeiro</p> <p>Dimensões aproximadas da embalagem : 40 x 45 x 70 cm</p> <p>Peso aproximado da embalagem: 2,9 Kg</p> <p>Garantia do fornecedor: 12 meses</p>			
02	24	<p>Longarina em barra tubular metálica para 03 lugares 30x50 mm preta. Pés metálicos pretos com revestimento em polipropileno, suportes do assento e encosto metálicos pretos em tubo oblongo de 16x30 mm com espessura de 1,2 mm e travessas metálicas, assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica na cor verde.</p>	REGIANI	R\$ 585,00	R\$ 14.040,00
03	19	<p>Cadeira fixa deve ser constituída de assento e encosto plásticos, e estrutura metálica. A estrutura deve ser composta de tubos de aço 1010 /1020, sendo os pés e suportes do assento e encosto fabricados em tubos oblongos 16x30 com 1.5mm de espessura de parede soldados com solda Mig à duas travessas horizontais de tubos de aço 7/8" x 1,2mm de espessura formando um conjunto estrutural empilhável. A estrutura deve receber tratamentos químicos de fosfatização e pinturas epóxi pó. Para dar acabamento nas pontas dos tubos dos pés e travessas, a estrutura deve apresentar ponteiros plásticos injetadas em polipropileno. O assento deve ser confeccionado em polipropileno copolímero (PP) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado na cor verde, com no mínimo 15 furos para ventilação, devendo possuir uma ondulação frontal para maior conforto, facilitando a circulação sanguínea do usuário. Suas dimensões aproximadas devem ser 465mm de largura, 420mm de profundidade com 5mm de espessura de parede. Deve possuir cantos arredondados e</p>	REGIANI	R\$ 103,00	R\$ 1.957,00

		<p>unir-se à estrutura por meio de 4 (quatro) parafuso 5x30 para plástico. A altura do assento até o chão deve ser de 445mm aproximadamente. O encosto deve ser fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado na cor verde, com dimensões aproximadas de 460mm de largura por 330mm de altura, com espessura de parede de 5mm e cantos arredondados, unido à estrutura metálica pelo encaixe de dupla cavidade na parte posterior do encosto, sendo travado por dois pinos fixadores plásticos injetados em polipropileno copolímero, na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. O encosto deve possuir no mínimo 15 furos para ventilação.</p>			
04	01	<p>Arquivo de aço com 04 gavetas p/ pastas suspensas. na cor cinza, altura (cm): 133cm largura (cm): 46cm profundidade (cm): 49cm, acabamento em pintura eletrostática a pó, sistema de fechamento: fechadura com 02 chaves, capacidade de carga por gaveta: 25 kg.</p>	VEGEL	R\$ 470,00	R\$ 470,00
05	01	<p>Mesa estação de trabalho, tampo inteiriço confeccionado em aglomerado de madeira de baixa densidade termo estabilizado, com espessura mínima de 25 mm, corte "c", revestido em ambas as faces com laminado melamínico texturizado de baixa pressão na cor bege, medidas 1400x1200x600x740x25mm, dotado também por um gaveteiro fixo contendo 03 gavetas, com fechamento lateral e simultâneo das gavetas, deslizamento através de corrediças de aço, medidas externas 210x362x395mm, bordas do tampo encabeçadas em fita de poliestireno de espessura de 1,0 mm e na parte frontal de alcance do usuário, acabamento através de perfil maciço 26,0mm, c/aba na cor do tampo, coladas pelo processo hot melt, a fixação do tampo à estrutura deve ser feita através de parafusos rosqueáveis, painel frontal confeccionados em aglomerado de madeira de baixa densidade termo- estabilizado, com espessura mínima de 15 mm, revestido em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão cor do tampo, a fixação do painel à estrutura deve ser feita através de quatro</p>	REALME	R\$ 488,00	R\$ 488,00

		parafusos rosqueáveis (sendo 02 de cada lado dos painéis), estruturas laterais formadas por tubos e chapas metálicas com a base superior em tubo de aço-carbono, a base inferior em chapa de aço modelo canoa, dispensando desta forma o uso de ponteiros de pvc, com espessura mínima de 1,5 mm, a coluna de sustentação deve ser espessura mínima de 0,6 mm, sendo lisa na parte externa com estampo perfurado em toda a sua área, e na parte interna removível, possibilitando a passagem de cabos por duto vertical interno do solo até o tampo. Acabamento com sapatas niveladoras em nylon, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.			
06	03	Lixeira Redonda Inox capacidade de 12 Litros, produzida em aço inox. Totalmente flexível, possui balde removível, pedal. Dimensões aproximadas da embalagem (cm) – AxLxP 29x21,5x21,5cm Garantia do Fornecedor 12 meses Estampa/Cor Inox.	PURIMAX	R\$ 180,00	R\$ 540,00
07	03	Armário em aço, acabamento pintura eletrostática em pó, sistema de fechamento com fechadura com chave, com 06 prateleiras , capacidade de carga por prateleira 50 kg, altura 198 (cm), largura 120 (cm), profundidade 40 (cm), na cor cinza.	LUNASA	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00

- J Os equipamentos serão solicitados parceladamente pela Secretaria Municipal de Saúde conforme necessidade da mesma, os mesmos deverão ser instalados/montados no local indicado pela Secretaria solicitante.
- J Após a emissão da requisição os equipamentos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, diretamente na Secretaria solicitante, sem custo adicional de frete.
- J Os equipamentos deverá(ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
- J Os equipamentos a serem fornecidos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega dos mesmos.
- J Os equipamentos de informática serão recebidos e conferidos pelo Setor de Informática do Município de Pato Bragado – PR.
- J Os produtos (equipamentos) deverão ter origem nacional, entregues na embalagem original, caso contrário serão devolvidos a licitante vencedora deste processo.

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial nº **118/2017**, quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato de fornecimento, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização deste Contrato ficará à cargo da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira:

O valor global deste Contrato será de **R\$ 20.450,00** (Vinte mil quatrocentos e cinquenta reais) O pagamento será efetuado em até 30 dias após a efetiva entrega dos equipamentos, condicionados ao termo de aceitação do Departamento de Informatica e Secretaria de Saude do Municipio.

- a) A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- b) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- c) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- d) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) O pagamento será efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

Cláusula quarta - Da Vigência do Contrato e do Crédito Orçamentário

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma, a qual não poderá ser prorrogada. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103011450204 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

4.4.90.52.34 – 6154 – Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos – Fonte 495

4.4.90.52.34 – 3350 – Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos – Fonte 505

4.4.90.52.35 – 6152 – Equipamentos de Processamento de Dados – Fonte 495

4.4.90.52.35 – 3351 – Equipamentos de Processamento de Dados – Fonte 505

4.4.90.52.06 – 6153 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação – Fonte 495

4.4.90.52.06 – 6155 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação – Fonte 505

4.4.90.52.42 – 6150 – Mobiliário em Geral – Fonte 495

4.4.90.52.42 – 3354 – Mobiliário em Geral – Fonte 505

4.4.90.52.08 – 6151 – Aparelhos, Equipamentos, Utens. Médicos-Odont. e Laboratoriais – Fonte 495

4.4.90.52.08 – 3347 – Aparelhos, Equipamentos, Utens. Médicos-Odont. e Laboratoriais – Fonte 505

3.3.90.30.22 – 2991 – Material de limpeza e Produtos de Higienização – Fonte 495

3.3.90.30.22 – 3036 – Material de limpeza e Produtos de Higienização – Fonte 505

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Fornecer os equipamentos no lugar e forma estabelecidos no contrato, bem como prestar os serviços quando necessários para a entrega do mesmo.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de (estabelecer percentual);
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo.

Cláusula Sétima – Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

- J O fornecedor deve declarar a marca dos equipamentos que vai entregar na hora da abertura da licitação, junto a proposta de preços.
- J Os equipamentos serão solicitados parceladamente pela Secretaria Municipal de Saúde conforme necessidade da mesma, os mesmos deverão ser instalados/montados no local indicado pela Secretaria solicitante.
- J Após a emissão da requisição os equipamentos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, diretamente na Secretaria solicitante, sem custo adicional de frete.
- J Os equipamentos deverá(ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
- J Os equipamentos a serem fornecidos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega dos mesmos.
- J Os equipamentos de informática serão recebidos e conferidos pelo Setor de Informática do Município de Pato Branco – PR.
- J Os produtos (equipamentos) deverão ter origem nacional, entregues na embalagem original, caso contrário serão devolvidos a licitante vencedora deste processo.

Cláusula Décima Segunda – Da Fraude e da Corrupção

O Contratado deve observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante o processo de execução deste Objeto Contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar a execução do contrato.
- e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o CONTRATADO, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitira que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

Prefeitura do Município de Pato Bragado – PR, em 23 de Agosto de 2017.

**MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE
LEOMAR ROHDEN**

**V.Y. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP – CONTRATADO
GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA**